

DESPACHO N.º 141/2025

SUMÁRIO: ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS E INCENTIVOS A ESTUDANTES E FORMANDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO FINANCIADOS PELO PRR — "IMPULSO MAIS DIGITAL" — CONSÓRCIO

MERIDIES 2

Considerando que a aplicação do Despacho n.º 10/2025, de 19 de fevereiro, que aprova o Regulamento de Atribuição de Apoios e Incentivos a Estudantes e Formandos, no âmbito de Programas de Formação Financiados pelo PRR – "Impulso Mais Digital"- Consórcio Meridies 2, necessita de clarificação relativamente à elegibilidade de estudantes e formandos para a atribuição de bolsas, nomeadamente, no que se refere à exigência de possuírem formação

em áreas não CTEAM.

No uso das competências que a lei me confere [artigos 92.º n.º1 alínea o) da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), e artigo 28.º, n.º 2, alínea n), dos Estatutos do IPSantarém, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 15/2024, de 8 de outubro:

boopaono normanto in torzozi, ao o ao oatabro.

a) Aprovo a alteração dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento de Atribuição de Apoios e Incentivos a Estudantes e Formandos, no âmbito de Programas de Formação Financiados pelo PRR – "Impulso Mais Digital"- Consórcio Meridies 2, constante do apoxo ao presente despacho, quio contoúdo se dó per integralmente reproduzido:

anexo ao presente despacho, cujo conteúdo se dá por integralmente reproduzido;

b) Determino que o disposto no presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao

da sua assinatura e publicação no sítio do IPSantarém na Internet.

Santarém, 14 de novembro de 2025.

O Presidente do IPSantarém.

(Professor Doutor João Miguel Raimundo Moutão)





ANEXO

REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS E INCENTIVOS A ESTUDANTES E FORMANDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO FINANCIADOS PELO PRR – "IMPULSO MAIS DIGITAL" – CONSÓRCIO MERIDIES 2

Artigo 1.º (Alteração)

São alterados os artigos 3.º e 4.º do presente regulamento, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

"Artigo 3.°

- 1—Podem ser atribuídas bolsas de incentivo à frequência com aproveitamento final, de cursos de Pós-Graduação, tendo em atenção, quer os Key Perfomance Indicator (KPI) consagrados nos respetivos contratos de financiamento, quer, o limite do montante do financiamento atribuído.
- 2—São atribuídas bolsas no montante de 1000€ (mil euros) aos estudantes que tenham concluído com aproveitamento qualquer curso de Pós-Graduação realizado no âmbito do Consórcio Meridies 2, detentores de formação base em áreas não CTEAM.

"Artigo 4.°

- 1—Para efeitos de atribuição da bolsa para formandos de cursos conducentes a Microcredenciais, consideram-se elegíveis todos os formandos que obtenham a certificação da conclusão do curso em que se encontram inscritos, detentores de formação base em áreas não CTEAM.
- 2— Estas bolsas serão atribuídas até ao limite da dotação disponível para o efeito,
- 3—A bolsa a atribuir corresponde a 100€ (cem euros) por ECTS realizados, de cada curso conducente a Microcredencial frequentado e com diploma obtido.





Artigo 2.º (Republicação)

É republicado na íntegra, o Regulamento de Atribuição de Apoios e Incentivos a Estudantes e Formandos, no âmbito de Programas de Formação Financiados pelo PRR – "Impulso Mais Digital"- Consórcio Meridies 2, com as alterações introduzidas.





REPUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS E INCENTIVOS A ESTUDANTES E FORMANDOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DE FORMAÇÃO FINANCIADOS PELO PRR – "IMPULSO MAIS DIGITAL" – CONSÓRCIO MERIDIES 2

Artigo 1.º (Objeto e âmbito de aplicação)

- 1—O presente regulamento define as regras e critérios de atribuição, de bolsas de apoio e incentivo a estudantes e formandos, a serem concedidos pelo Instituto Politécnico de Santarém, no âmbito do Contrato de Consórcio do projeto designado MERIDIES 2, a realizar no âmbito da candidatura ao concurso relativamente ao Investimento RE-06-i07 Impulsos Mais Digital 03/C06-107/2023, financiado pelo PRR-Programa de Recuperação e Resiliência.
- 2—O presente regulamento é aplicável no quadro das formações promovidas e ministradas ou a ministrar no âmbito do Contrato-Programa de Financiamento Plano de Recuperação e Resiliência para 2023-2026, designadamente, às seguintes formações:
 - a) Cursos de Pós-Graduação (PG);
 - b) Cursos conducentes a Microcredenciais (MC).
- 3—São abrangidos pelo presente regulamento os estudantes e formandos inscritos nos cursos referidos no número anterior.

Artigo 2.° (Tipos de prestações e número de bolsas a atribuir)

- 1—Os tipos de prestações a atribuir ao abrigo do presente regulamento são os seguintes:
 - a) Bolsa para estudantes de cursos de Pós-Graduação;
 - b) Bolsa para formandos de cursos conducentes a Microcredenciais.
- 2—Para efeitos do disposto no número anterior, através de despacho do Presidente do Instituto, o número de bolsas a atribuir pode ser revisto, em caso de reforço do financiamento atribuído e/ou em caso de necessidade de redistribuição do número bolsas entre as edições a realizar.





Artigo 3.° (Bolsa para estudantes de cursos de Pós-Graduações)

- 1—Podem ser atribuídas bolsas de incentivo à frequência com aproveitamento final, de cursos de Pós-Graduação, tendo em atenção, quer os Key Perfomance Indicator (KPI) consagrados nos respetivos contratos de financiamento, quer, o limite do montante do financiamento atribuído.
- 2—São atribuídas bolsas no montante de 1000€ (mil euros) aos estudantes que tenham concluído com aproveitamento qualquer curso de Pós-Graduação realizado no âmbito do Consórcio Meridies 2, detentores de formação base em áreas não CTEAM.

Artigo 4.º (Bolsa para formandos de cursos conducentes a Microcredenciais)

- 1—Para efeitos de atribuição da bolsa para formandos de cursos conducentes a Microcredenciais, consideram-se elegíveis todos os formandos que obtenham a certificação da conclusão do curso em que se encontram inscritos, detentores de formação base em áreas não CTEAM.
- 2— Estas bolsas serão atribuídas até ao limite da dotação disponível para o efeito,
- 3—A bolsa a atribuir corresponde a 100€ (cem euros) por ECTS realizados, de cada curso conducente a Microcredencial frequentado e com diploma obtido.

Artigo 5.° (Acumulação de bolsas)

As bolsas recebidas ao abrigo do presente regulamento podem ser acumuláveis com as bolsas de estudo atribuídas no âmbito do sistema de ação social do ensino superior (no caso das Pós-Graduações), bem como com outras bolsas da mesma natureza, atribuídas por outras entidades.





Artigo 6.° (Notificações e comunicações)

Todas as comunicações a fazer no âmbito do presente regulamento são efetuadas para o endereço de correio eletrónico indicado no momento da submissão da respetiva candidatura para admissão às formações referidas no artigo 1.º do presente Regulamento e, presumemse efetivamente realizadas no terceiro dia útil após o seu envio, salvo quando se comprove que foi requerida a sua alteração.

Artigo 7.° (Procedimento para atribuição das bolsas)

1—As bolsas são automaticamente atribuídas, assim que se verifiquem cumpridos os requisitos de elegibilidade e de pagamento.

2—O pagamento das bolsas é, obrigatoriamente, efetuado por crédito, em conta bancária para o efeito, identificada pelos estudantes, mediante indicação do respetivo IBAN, código SWIFT e nome do primeiro titular da conta ou por crédito na conta corrente do estudante, na plataforma de gestão académica em uso no IPSantarém.

Artigo 8.° (Casos omissos)

Os casos omissos são resolvidos por despacho fundamentado do Presidente do IPSantarém.